

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE -  
FANESE  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL**

**ERLON MARCOS DA COSTA NEVES**

**PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA: ecoturismo e  
sustentabilidade ambiental**

**Aracaju – SE  
2009**

ERLON MARCOS DA COSTA NEVES

**PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA: ecoturismo e sustentabilidade ambiental**

**Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-graduação e Extensão da FANESE, com requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Ambiental.**

**Orientadora: Prof. Dra. Vânia Fonseca**

**Aracaju – SE  
2009**

**ERLON MARCOS DA COSTA NEVES**

**PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA: ecoturismo e sustentabilidade ambiental**

**Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Ambiental**

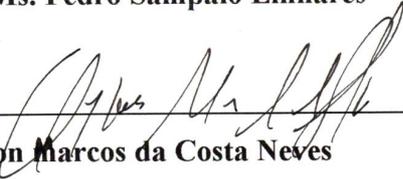


---

**Profa. Dra. Vania Fonseca**

---

**Prof. Ms. Pedro Sampaio Linhares**



---

**Erlon Marcos da Costa Neves**

**Aprovado (a) com média: 9,0 (nove)**

**Aracaju (SE), 22 de abril de 2009.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sim, acima de tudo. As dificuldades na vida são muitas, as vezes severas, mas só as enfrenta quem existe para enfrentá-las. Tenho certeza que Deus nos ajuda antes mesmo de pedirmos; pois se Ele nos deu mãos, é para que peguemos; se nos deu pés, é para que sigamos. Deus me deu tudo; e é com o que Ele me deu, que venci mais essa batalha.

Agradeço a minha família, que além de muito me incentivar, soube compreender minhas ausências e irritações, sem queixas.

Agradeço a minha orientadora, prof. Vânia Fonseca, que me ajudou de forma decisiva e objetiva, fazendo com que eu fosse capaz de produzir esse trabalho da melhor maneira possível, dadas as minhas limitações.

Agradeço a meus pais pela co-autoria em minha existência.

E em especial agradeço a minha mãe, por não menos que sempre, estar incondicionalmente ao meu lado, desde o meu primeiro suspiro, sendo aquela que, para onde quer que eu olhe, em todo e qualquer momento da minha vida, esteve sempre ali.

## RESUMO

O ambiente, especialmente o meio natural, vem sofrendo a ação antrópica há séculos, embora só recentemente seja manifestada preocupação com o uso e degradação dos recursos naturais, sua relação com a qualidade de vida e a sustentabilidade do desenvolvimento. Mas o desenvolvimento pode ocorrer com a conservação do ambiente, como é o caso do turismo ecológico, ou ecoturismo que vem cada vez mais se destacando ao longo dos últimos anos como sendo uma das principais alternativas para o desenvolvimento de uma prática turística não predatória, e por isso ambientalmente sustentável, uma vez que, em princípio, o ecoturista se preocupa em conservar intacto o ambiente visitado. Considerando a potencialidade do uso turístico da Serra de Itabaiana, localizada na parte central do Estado de Sergipe, este estudo, realizado com base em outros estudos, informações depositadas em instituições públicas e levantamentos de campo, baseou-se em três vertentes: 1. os desdobramentos legais com suas possibilidades a partir da criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, em exclusão ao projeto inicial de criação de uma Estação Ecológica; 2. as atividades ecoturísticas que vocacionam a região e seus potenciais impactos; 3. os cuidados necessários para garantir a preservação dos ecossistemas do Parque. Como conclusão, o estudo indica que o parque Nacional Serra de Itabaiana, possui pleno potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas em seus atrativos naturais, mas devem ser superados os problemas de regularização fundiária e plano de manejo do parque, cabendo às esferas governamentais, municipal e estadual, lideradas pelo IBAMA, exercer seus papéis gestores e fiscalizadores para com o Parque, em potencial parceria com a sociedade civil organizada e com o envolvimento da comunidade local.

Palavras-chave: Parque ecológico; Serra de Itabaiana; Ecoturismo; Sustentabilidade ambiental

## ABSTRACT

The environment, particularly the natural way, suffering the anthropic action has centuries well, even so recently either only revealed concern with the use and the degradation of the natural resources, its relation with the quality of life and support of the development. but the development can occur with the conservation of the environment, as is the case of the ecological tourism, or ecotourism that comes increasingly emphasizing throughout the last years as being one of the main alternatives for the development of not predatory tourist practical one, and therefore environmentally sustainable, a time that, in principle, the ecotourist is concerned in conserving unbroken the visited environment. Considering the potentiality of the tourist use of Serra de Itabaiana, located in central part of the State of Sergipe, this study, carried through on the basis of other studies, information deposited in public institutions and surveys of field, were based on three sources: 1. the legal developments with its possibilities from the creation of the National Park of Serra de Itabaiana, in exclusion to the initial project of creation of an Ecological Station; 2. the ecotourism activities that vocational the regions and its potential impacts; 3. the cares necessary to guarantee the preservation of ecosystems of the Park. as conclusion, the study it indicates that the National Park of Serra de Itabaiana, possess full potential for the development of ecotourism activities in its attractive natural ones, but the problems of agrarian regularization and plain of handling of the Park must be surpassed, fitting to the governmental, municipal and state, led for IBAMA, to exert its managers and supervisory roles with the Park, in potential partnership with the organized civil society and the involvement of the local community.

keywords: Ecological park; Serra de Itabaiana; Ecotourism; Environmental sustainability.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. ASPECTOS LEGAIS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	4
2.1. Parque Nacional e não Estação Ecológica? .....	5
2.1.1. Aspectos históricos .....	5
2.1.2. Aspectos contextualizadores da Serra de Itabaiana .....	7
2.1.3. Percepção dos agentes sociais e institucionais envolvidos .....	8
3. TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	11
3.1. O turismo .....	11
3.1.1. O ecoturismo .....	12
3.2. Potenciais atividades turísticas da Serra de Itabaiana .....	14
3.2.1. Principais potencialidades ecoturísticas da Serra de Itabaiana .....	16
3.3. Impactos ambientais .....	21
3.4. Medidas mitigadoras .....	24
4. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	26
5. CONCLUSÃO .....	30
REFERÊNCIAS .....	32

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os seres humanos sempre se encontraram cumprindo tranquilamente seu papel de espécie dominante sobre o planeta, com poucos sobressaltos ou contratempos. Perpetuando-se, aumentando em número e cada vez mais expandindo suas fronteiras geográficas, esses habitantes do planeta Terra chegaram a extrapolar as próprias fronteiras espaciais da biosfera, buscando cada vez mais compreender-se em meio ao universo como um todo. E quando se utiliza a expressão “se encontravam tranquilamente”, passa-se a perceber e admitir que tal expressão qualitativa e temporal, remete a duas coisas: uma realidade, a de que no papel de dominar na ânsia de consumir, o homem chega a um ponto tal, em que não é mais possível negar que está bem perto do limite de exploração dos recursos naturais e energéticos do planeta; e um dilema, o de como continuar dominando e consumindo sem que a natureza por ele pilhada reaja de forma a alijar os seres humanos de seus processos naturais, impedindo-o, assim, de continuar sua odisséia de dominação e crescimento. Até então, o homem só tem sido predado por si mesmo.

De fato, das poucas espécies que se encontram no topo da cadeia alimentar do planeta, que não dispõem de predadores naturais, o ser humano é a única que tem consciência de si própria, da natureza e, principalmente, dos ciclos biológicos e bioquímicos que a cercam, podendo interferir em tais ciclos. A interferência humana, embora muitas vezes resulte em mudanças negativas, não vem sendo adequadamente avaliada e não se observa mudanças significativas de comportamento no sentido de preservar e conservar o patrimônio natural. A Terra é finita, seus recursos naturais são finitos e os seres humanos só parecem perceber essa finitude quando as reações naturais passam a se constituir em catástrofes que ameaçam a vida humana e o padrão de consumo das sociedades contemporâneas. Então, torna-se impossível negar a realidade catastrófica que está sendo produzida.

O ser humano acostumou-se, ao longo dos tempos, a perdoar os “pequenos” pecados cometidos contra a natureza em prol do chamado desenvolvimento econômico. Esse comportamento é generalizado e são poucos aqueles que têm um mínimo de consciência ambiental e comportamento condizente. De fato, parece fazer parte da natureza humana a destruição consumista do seu entorno na incessante busca de

realização, conforto e poder. Inegavelmente existem muitos seres humanos capazes de mudar o planejamento da construção de uma casa para não ter que cortar uma árvore que contenha um ninho de pássaro e seus filhotes, mas ao construir essa casa realocada espacialmente dentro do terreno a ela destinado, convenientemente parecem não se preocupar com a origem do material de construção: ferro, madeira, pedras e outros, que são retirados da natureza, quase sempre provocando degradação. Aparentemente as ações individuais não são vistas como fatores que contribuem para a degradação ambiental a nível mundial.

O meio ambiente natural invariavelmente ficará com o ônus do conjunto das ações individuais ou coletivas que, somadas, se constituirão em grandes impactos ambientais. E isso é cada vez mais significativo, pois o desenvolvimento econômico de grupos e nações implica, quase sempre, em crescimento e aumento do uso dos recursos naturais, que por exploração direta, quer por poluição/degradação. Chegou-se a um ponto tal de exploração e transformação do meio ambiente, que não há alternativa senão refletir e mudar os conceitos e modelos de desenvolvimento, de forma a permitir a sua continuidade, isto é, de forma a promover a sustentabilidade do desenvolvimento para as gerações atuais e futuras, fortemente ameaçadas pelo uso indiscriminado de recursos que é observado atualmente. É preciso buscar alternativas de emprego, renda e uso de recursos, que preservem ou que recomponham o meio ambiente explorado, permitindo a continuidade da vida e melhorando as condições ambientais de um modo geral (BRAGA, 2005).

O turismo - que em linhas gerais é o deslocamento em viagens para visita a lugares ou regiões díspares do lugar em que se vive, motivado por diferentes objetivos - é uma atividade econômica das mais rentáveis no mundo inteiro e, intrinsecamente, não se constitui em atividade predatória. Entretanto em sua forma tradicional, a que se aprendeu a conhecer nos tempos modernos, essa atividade vem gerando consideráveis passivos ambientais, pois nesse contexto insere-se a indústria do turismo, atividade economicamente organizada com fins meramente lucrativos, que juntamente com as demais atividades econômicas que também geram aqueles passivos, acabaram pressionando o ambiente.

Recentemente passou a ser valorizado o turismo não predatório, conhecido como ecoturismo, que parte de uma visão conciliadora entre as necessidades de lazer e

apreensão de conhecimentos, e as necessidades de preservação do meio ambiente. A nova postura valoriza a preservação do ambiente para que ele possa ser aproveitado agora e sempre, com a preservação da natureza, da paisagem, da cultura e modo de vida local. E locais onde a natureza está preservada, passam a se constituir em foco de atração para a prática do turismo com características ecológico-culturais (LINDBERG e HAWKINS, 2002).

Em Sergipe, a Serra de Itabaiana passou a ser procurada por esse tipo de turismo há várias décadas, embora o termo ecoturismo ainda não fosse utilizado nessa época. Visando preservar a área que vinha sendo alvo de visitantes em volume cada vez maior, em 1979 foi criada a Estação Ecológica da Serra de Itabaiana, que passou a Parque Nacional Serra de Itabaiana em outubro de 2005. Sua proteção legal, que inicialmente abrangia território de 288,53 hectares, passou a 7.966 hectares, onde se abrigam 16 espécies de répteis, 24 de anfíbios, uma de quelônio, 62 de mamíferos e 123 de aves. Destas, três são espécies restritas à Mata Atlântica e uma é endêmica da caatinga. O parque nacional se estende por três serras: a de Itabaiana, a Comprida e a dos Cajueiros, abrangendo os municípios de Itabaiana, Areia Branca, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda e Campo do Brito.

Essa riqueza patrimonial da natureza merece ter a sua utilização técnico-científica e turística estudada, de forma a subsidiar futuras ações e políticas públicas, sendo que este estudo se constitui em contribuição para a geração de conhecimento e a reflexão sobre a realidade da área, sua utilização e restrições potenciais (CUNHA e GUERRA, 2004).

O estudo, realizado com base em outros estudos, informações depositadas em instituições públicas e levantamentos de campo, baseia-se em três vertentes: 1. os desdobramentos legais com suas possibilidades a partir da criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, em exclusão ao projeto inicial de criação de uma Estação Ecológica; 2. as atividades ecoturísticas que vocacionam a região e seus potenciais impactos; 3. os cuidados necessários para garantir a preservação dos ecossistemas do Parque.

## 2 ASPÉCTOS LEGAIS

Por sua riqueza em biodiversidade da fauna e flora, a Serra de Itabaiana já era uma unidade de conservação em implantação como estação ecológica desde 1979. Em entrevista ao jornal Correio de Sergipe, edição do dia 10/07/2005, por ocasião da implantação do parque nacional, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis em Sergipe (IBAMA), Márcio Macedo, explicou:

O projeto foi criado em 1979, quando a serra seria na verdade, tornada uma estação ecológica. Mais tarde foi verificado que para a realidade de Sergipe o melhor seria criar na serra um parque onde haverá visitação, desenvolvimento do turismo ecológico, geração de emprego e renda, e principalmente a preservação da maior área verde do Estado, que por vezes se vê agredida por queimadas devastadoras. [...] Temos uma lei no país que estabelece procedimentos para a criação de unidades de conservação no Brasil, [...] O projeto original era para a criação da estação ecológica, mas o parque é melhor adequado à nossa realidade. [...] Já consciente de que estação ecológica não era a opção correta o Ibama formou parceria com a Universidade Federal de Sergipe, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Universidade Tiradentes, além de pesquisadores convidados para buscar a criação do parque (CORREIO DE SERGIPE, 2005).

As declarações do dirigente do IBAMA em Sergipe apresentam uma síntese da evolução da criação da unidade de conservação como estação ecológica da serra, para o recém criado parque nacional, baseado na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, VII, da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (MEDAUAR, 2006). Dentre outras providências, essa Lei define “unidade de conservação” como sendo:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Em seu art. 8º, a lei divide as unidades de conservação em cinco categorias: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural, refúgio de vida silvestre. Em seus artigos 9º e 11º; define respectivamente as categorias de estação ecológica e parque nacional, que são as categorias que de fato importam a este estudo em seus aspectos legais, dada a natureza das questões supramencionadas, na seguinte forma:

- Estação ecológica tem como objetivo a conservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- Parque nacional tem por objetivo fundamental a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, e o desenvolvimento das atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

## **2.1 Porque Parque Nacional e Não Estação Ecológica?**

O texto da Lei 9.985 deixa claro que, caso a região da Serra de Itabaiana fosse transformada em estação ecológica, não seriam permitidas visitas públicas, posto que atividades de pesquisa científica são estritamente acadêmicas e não públicas, e em sendo assim, não se poderiam desenvolver atividades turísticas ou ecoturísticas na área.

Ao contrário, a definição da categoria de parque nacional, abre um leque maior, pois a própria lei discorre sobre educação ambiental e turismo ecológico. Então, é preciso questionar se tem fundamento a transformação da Serra de Itabaiana em parque nacional e não em estação ecológica. A região é realmente dotada de valores ambientais que a justifiquem como parque nacional? Existe a possibilidade de exploração ecoturística?

Como respostas a tais indagações e considerando as colocações de Menezes (2004) que realizou amplo e sistemático estudo sobre o tema, apresenta-se diversas considerações e questionamentos, que passam a ser discutidas neste estudo sobre a Serra de Itabaiana.

### **2.1.1 Aspectos Históricos**

Pela sua reconhecida beleza paisagística e diversidade de recursos naturais, a Serra de Itabaiana sempre esteve inserida no contexto sócio cultural dos sergipanos, especialmente da população local, sendo utilizada livremente de forma crescente e desordenada como ponto de lazer e recreação (MENEZES, 2004).

Em 1973, o Governo Federal criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), objetivando acelerar a implantação de novas áreas protegidas em todos os estados do Brasil através do Programa de Estações Ecológicas. A Serra de Itabaiana foi unilateralmente escolhida no Estado de Sergipe simplesmente para atender o referido programa. Não houve participação popular.

A partir de então, os órgãos oficiais de Sergipe, através da então Secretaria Executiva de Controle de Poluição de Sergipe e do Conselho de Desenvolvimento de Sergipe, com aval do SEMA, passaram a elaborar o projeto para a implantação da Estação Ecológica Serra de Itabaiana, que ficou pronto em julho de 1978. Em 1979, iniciou-se o processo de transformação da área em Estação Ecológica.

Em 1983, foram desapropriados dois imóveis rurais descontínuos somando 288,53 hectares, pela Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), que ficou responsável pela conclusão do processo de implantação e efetivação da Estação Ecológica da Serra de Itabaiana. Mas o projeto não chegou a ser realizado conforme os padrões iniciais de seu projeto de criação.

Durante esse processo de implantação, as comunidades ambientalista e acadêmica, esta última principalmente, foram amadurecendo, não somente as idéias, mas análises e reflexões sobre os fatores básicos para a tomada de decisão sobre que tipo de unidade ambiental seria melhor para a área. E após anos de estudos, ficou evidenciado que a melhor tipificação de unidade de conservação para serra seria a de parque nacional, e não estação ecológica. E em 1990, o IBAMA, passou a gerenciar a unidade de conservação.

Convêm destacar que nesse período, tanto a ADEMA quanto o IBAMA, adotaram medidas proibitivas com relação a atividades públicas no parque. A ADEMA proibiu a visitação às áreas desapropriadas e no seu entorno, onde se localizam o Poço das Moças e o leito do Riacho dos Negros, locais de banhos bastante freqüentados. Mesmo atividades acadêmicas e científicas tiveram pouca representatividade. O IBAMA chegou a proibir atividades culturais na serra. E, finalmente, em setembro de 2005, na Base do Ibama, localizada na Serra de Itabaiana, foi implantado oficialmente o Parque Nacional Serra de Itabaiana.

### 2.1.2 Aspectos Contextualizadores da Serra de Itabaiana

A Serra de Itabaiana localiza-se na porção central de Sergipe, à cerca de 40 Km da capital do Estado, Aracaju. Seu topo tem alinhamento predominante N/S, e tem seu ponto mais elevado à altitude de 669 m.

[...] Sua vertente leste, mais suave, é drenada por várias nascentes com cascatas, corredeiras e caverna encobertas [...] sucessão de formas vegetais: campo rupestre, cerrado, restinga e mata atlântica. Sua vertente oeste constitui um paredão abrupto que faz descortinar a paisagem sertaneja. Essa diversidade de feições e ecossistemas justifica o cuidado especial e restrições de uso, ratificado ainda, pelo cenário de degradação ambiental já instalado [...]. (MENEZES, 2004, p. 90).

Quanto à conservação da natureza, quando da elaboração do projeto que destinava a Serra de Itabaiana ainda como estação ecológica, foram identificados os seguintes critérios:

- aptidão agrícola restrita – pois todo o maciço da serra possui solos pedregosos e rasos, com exceção de algumas áreas [...]
- aptidão restrita para outras atividades econômicas [...]
- características singulares quanto ao ecossistema local – localiza-se numa zona climática de transição no Estado de Sergipe [...] vegetação diversificada pela variedade de solos existentes encontrando restingas, cerrado, floresta mesófito decídua, campos e restinga e matas justapostas dentro da mesma
- características singulares em relação aos ecossistemas brasileiros – [...] gerando demanda para estudo e pesquisas científicas. (MENEZES, 2004, p. 96-97).

**Figura 1. Aspecto geral do monolito principal do Complexo da Serra de Itabaiana**



Fonte: [taniella.blogspot.com/2007/11/serra-de-itabaiana](http://taniella.blogspot.com/2007/11/serra-de-itabaiana)

Pela sua diversidade biótica e abiótica, foram definidas as seguintes áreas de atuação para a estação ecológica da Serra: botânica, zoologia, edafologia e hidrologia, climatologia e bioclimatologia, ecologia geral e conservadorismo [...]. (MENEZES, 2004, p. 97).

### **2.1.3 Percepção dos Agentes Sociais e Institucionais Envolvidos**

Todas as variáveis envolvidas num estudo sobre a viabilidade econômica, ou mesmo de simples efetivação de funcionamento do Parque Nacional Serra de Itabaiana, passam necessariamente pelos agentes envolvidos, sociais e institucionais. Assim, é necessário analisar o posicionamento do IBAMA, dos proprietários de terras dentro do parque e a população do entorno da serra.

O IBAMA, como o principal agente institucional gerenciador do parque, considera que continua pendente a questão fundiária, o que poderia se resolver através de recursos próprios do IBAMA, de compensação ambiental e de conversão de multas (MENEZES, 2004).

A questão colocada está vinculada a aspecto legal, pois a lei prevê que ao criar-se uma unidade de conservação o Governo Federal deve desapropriar e indenizar os proprietários de terras atingidas pelos limites dessa unidade. Mas, na área, a situação fundiária é de difícil solução porque o parque, criado por decreto, de fato fica impossibilitado de funcionar efetivamente, uma vez que o Governo não disponibilizou os recursos financeiros necessários para efetuar o conjunto das indenizações. Em algumas categorias, como é o caso dos Parques Nacionais, entende-se que a ocupação humana nessas áreas é incompatível com os objetivos de conservação. Ocorre que a simples criação dessas unidades não implica qualquer posse governamental sobre elas (IBAMA/GTZ 1997). Há portanto, a necessidade de desapropriação, quando então o proprietário tem direito a uma indenização justa. (KINKER, 2002).

Segundo Pádua (1997), estima-se que cerca de 57% do somatório total das Unidades de Conservação, em nível federal, carecem de regularização fundiária e, considerando-se a dotação de recursos dedicados à regularização fundiária nos últimos

quatro anos, o governo federal levaria cerca de 700 anos para comprar as terras das unidades já estabelecidas legalmente. E na Serra de Itabaiana, apenas 3,5 % da área do parque estão regularizados (MENEZES, 2004).

Na figura 2, pode ser observada a situação da população, principalmente dos pequenos proprietários de terra, que vivem imediatamente no entorno da Serra.

**Figura 2. Propriedades no entorno da Serra de Itabaiana**



Fonte: [www-solaris.blogspot.com/2008/03/serra-de-itabaiana](http://www-solaris.blogspot.com/2008/03/serra-de-itabaiana)

Isso bem caracteriza as situações dos parques nacionais brasileiros, não se constituindo em fato isolado e específico da Serra de Itabaiana, cuja unidade de conservação foi implantada por ato legal de grande relevância, mas que não encerra o processo. A situação fundiária do Parque Nacional Serra de Itabaiana parece ainda longe de ser resolvida.

A situação supra descrita conduz a um segundo agente: os proprietários de terras. Segundo Menezes (2004), a percepção dos proprietários é de falta de interesse político que leva à falta de verbas. Segundo entrevistados por esse autor, há interesse em negociar a desapropriação, porém de forma geral, os proprietários não acreditam numa solução, por falta de recursos que possam ser utilizados pelo IBAMA, para indenizar os

proprietários que tiveram suas terras inseridas no projeto de implantação da unidade de conservação.

Quanto à população do entorno da serra, Menezes (2004) assinala que a percepção é, de uma maneira geral, bastante positiva com relação aos funcionários do IBAMA; entretanto é negativa sobre as ações daquele órgão, pois a fiscalização pune e multa os pequenos proprietários e agricultores que utilizam a área para a sobrevivência do dia-a-dia, mas o mesmo não acontece com os proprietários maiores e mais poderosos (MENEZES, 2004).

### **3 TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Registros da história mostram que é intrínseco ao ser humano sentir prazer em estar rodeado por belezas naturais e, seguramente, no passado isso era conseguido com um esforço mínimo, pois o impacto produzido na natureza pelas populações humanas e sua categoria ainda era reduzido. (KINKER, 2002).

Mas com o modo de vida atual, na moderna sociedade industrial e concentração das habitações em zonas urbanas, essa ligação com as belezas naturais se torna bastante difícil. Quanto mais a natureza é explorada em seus recursos no sentido de manter e melhorar os padrões de vida valorizados atualmente, menos se pode usufruir das suas belezas, do seu conforto. E isso é bastante evidente nos centros urbanos, cujo modo de vida praticamente não traz qualquer preocupação com a conservação ou preservação das condições naturais, embora muitos habitantes das cidades valorizem o meio natural e procurem, periodicamente, um maior contato com ela, através de visitas a localidades menores e a lugares preparados para receber o turista que busca comunhão com a natureza.

E o turismo, uma das mais antigas atividades que visam lazer e a satisfação pessoal, passa a ser cada vez mais valorizado, muitas vezes se constituindo em “válvula de escape” para que a vida urbana possa continuar a ser enfrentada.

#### **3.1 O Turismo**

Segundo Menezes (2004), a evolução do turismo pode ser classificada em cinco tipos:

- 1- O pré-turismo, nos séculos XVII e XVIII, caracterizando-se basicamente pelas viagens de filhos de famílias abastadas, acompanhados por um tutor, com fins educacionais, diplomáticos ou de negócios.
- 2- O turismo industrial primitivo, caracterizado pelo surgimento dos primeiros hotéis, das primeiras agências de viagens e pelo surgimento do “pacote turístico”.

- 3- O turismo industrial maduro, com milhões de pessoas viajando dentro e fora de seu país, tendo no turismo de sol e praia sua locomotiva; vivia-se a massificação turística.
- 4- O turismo pós-industrial, com ênfase na competitividade e síntese na diferenciação de produtos e serviços, na desmassificação e personalização.
- 5- O pós-turismo, operado por multinacionais do turismo e lazer, utilizando mega-estruturas turísticas como *resorts*, com o poder de imporem-se e universalizarem-se em escala global, produzindo desigualdades sociais, econômicas e tecnológicas.

O que pode ser percebido, é que a atividade turística não conseguiu fugir do alcance da voracidade dos grandes interesses econômicos e resultou no turismo de massa, onde as pessoas eram, e ainda são, levadas a consumir turismo como mais um produto mercadológico.

Mas observa-se que um novo tipo de turismo vem ganhando espaço, voltado para a comunhão com a natureza, valorizando lugares pouco modificados pela ação humana, coisas simples e mais voltadas para a produção artesanal e a sustentabilidade ambiental. E o ecoturismo é uma das vertentes mais promissoras desse novo tipo de turismo.

### **3.1.1 O Ecoturismo**

Soifer (2005) relaciona algumas definições de ecoturismo, dentre elas:

- Forma de desfrutar da natureza, baseado na apreciação da fauna e da flora e suas numerosas integrações entre si e com o meio ambiente, segundo Budowski (1990).
- Atividade com a finalidade de conhecer locais ou regiões de singular qualidade natural ou ecológica, ou o fornecimento de serviços para facilitar tal turismo, segundo a ECO/92.
- Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas, segundo a EMBRATUR/93.

- Atividade que objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais. “Através da interpretação, a compreensão, através da compreensão, a apreciação, e a através da apreciação, a proteção.” (TILDEN, 1967 apud SOIFER, 2005, p. 16)

Torna-se interessante perceber como as definições sobre ecoturismo podem ter diferentes enfoques, a depender de sua autoria e época de formulação, estando ao mesmo tempo co-relacionadas de forma a complementarem-se. Talvez ecoturismo, em sua essência, não seja uma definição, mas um amplo conceito de interação homem/natureza, de forma mutualista, onde ao final o que se deve buscar, é que todos, homem e natureza, se beneficiem desta relação.

Soifer (2005) cita, também, alguns princípios de ecoturismo no Brasil:

- O ecoturismo tem um foco primário em visitar ambientes naturais relativamente remotos e inalterados;
- O ecoturista mantém um baixo impacto sobre o ambiente natural;
- Há ênfase educacional e desejo de aprender sobre a história natural e cultural dos lugares visitados;
- O ecoturista promove o crescimento econômico enquanto protege o ambiente natural;
- Os visitantes devem ter o espírito da apreciação, participação e sensibilidade.

[...] Como as pessoas começam a ter dificuldades em encontrar ambientes naturais, intocados pelo homem, em sua volta, procuram locais diferentes. Diz ainda o autor, que [...] o turista interessado em natureza, quer ver sobretudo um ecossistema intacto, onde milhões de anos fizeram fauna e flora se desenvolver em harmonia [...] (SOIFER 2005, p. 17)

O ecoturismo não é, em si, uma atividade econômica, mas um movimento, uma atitude, e uma consciência ambientais fundamentadas na atividade turística em sua raiz, e que se utiliza de princípios econômicos para sua viabilização e sustentação organizada, sem entretanto ter como principais vetores o lucro, o capital, a concorrência empresarial e o mercado.

### **3.2 Potenciais Atividades Turísticas da Serra de Itabaiana**

Uma vez instituída a unidade de conservação Serra de Itabaiana como parque nacional, um dos principais desdobramentos é a possibilidade de sua exploração ecoturística.

Cabe aqui ressaltar, que tal possibilidade de exploração não demanda simplesmente de uma concepção ou projeto conceitual, acadêmico ou não. Não é fruto da percepção de qualquer seguimento relacionado, como uma espécie de plano, passado ou futuro. Ao contrário, a Serra de Itabaiana, enquanto unicamente cenário natural, sempre fez parte da realidade cotidiana da população sergipana, e particularmente da população local e circunvizinha que, ao longo do tempo, realizou visitas turísticas a esse marco natural, atraída pelas belezas de pontos como o poço das moças e outros. Mas essa atividade turística não se revestia de características ecológicas, pois era feita de forma assistemática e sem preocupação com o ambiente. A vocação turística da Serra de Itabaiana sempre existiu por suas belezas naturais, o que facilita em muito, qualquer estudo sobre o desenvolvimento de atividades ecoturísticas na região, uma vez que a população ao longo dos tempos já vinha descobrindo de forma natural, suas principais potencialidades.

Com propriedade, Menezes (2004, p. 168) transcorre:

A abertura à prática do ecoturismo, especificamente no caso da Serra de Itabaiana, encerra a vontade da população do entorno, de agentes do turismo local, dos governos Municipal e Estadual, bem como de seguimentos do IBAMA/SE, [...]

Torna-se então claro que às pré-disposições sociais que já existiam, somam-se agora às condições legais pela criação do Parque Nacional Serra de Itabaiana, como fatores primordiais à exploração ecoturística do complexo da Serra, faltando apenas a criação das condições técnicas e logísticas. A primeira, pela elaboração de um plano de desenvolvimento ecoturístico para o Parque, e a segunda pela ação das esferas públicas sobre a iniciativa privada, no sentido do desenvolvimento de parcerias que divulguem e tornem possível o acesso dos ecoturistas locais e nacionais às belezas naturais da Serra.

A Serra de Itabaiana, embora tenha sofrido algumas agressões como queimadas e desmatamentos, ainda guarda suas principais características ambientais e

paisagísticas praticamente intocadas, o que a torna particularmente atrativa, como pode ser percebido na figura 3.

**Figura 3. Visão geral da paisagem da Serra de Itabaiana**



Fonte: [www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=354200](http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=354200)

Diz ainda Soifer (2005), que o turista voltado para a natureza, ou ecoturista, tem em geral diferentes focos, o que influencia suas expectativas e seu comportamento.

De todas as atividades relacionadas por Menezes (2004) como sendo possíveis de desenvolvimento ecoturístico, aquele autor também identifica aquelas com maior ou menor potencial de exploração. Entretanto todas podem ser praticadas no complexo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, e isso, por si só, pode gerar um imenso diferencial do parque, posto que sua atratividade dar-se-á não apenas a diferentes grupos de ecoturistas separados por nichos e atividades de interesse, mas também, possivelmente, a ecoturistas que busquem encontrar em um mesmo lugar, a possibilidade de diversas atividades ecoturísticas e de lazer.

### **3.2.1 Principais Potencialidades Ecoturísticas da Serra de Itabaiana**

Em seu estudo sobre as potencialidades da Serra de Itabaiana, Menezes (2004) bem relaciona todas as atividades com possibilidade de desenvolvimento ecoturismo nessa área, enquadrando-as e classificando-as entre: atividade com possibilidade, atividade ocorrente, e atividade com pouca ou nenhuma possibilidade de ocorrência. Classifica assim as atividades, posto que detalha seu estudo nos principais atrativos físicos da serra, que são o topo, a vertente oeste, a vertente leste, os riachos e o entorno.

Desta forma, e em estudo particular, pode-se perceber que embora nem todo o conjunto de atividades ecoturísticas relacionadas possam ser praticadas em todas as partes do complexo da Serra de Itabaiana, como exemplo, cicloturismo nos riachos, todas as 24 atividades ecoturísticas relacionadas podem ser praticadas na Serra, várias delas inclusive já há muito vem sendo praticadas de forma mais ou menos ordenada e consciente, como a Tirolesa, Escalada, Banhos de laser e recreação, etc., tanto por turistas rotineiros ou eventuais como pela população local.

Faz-se importante perceber tais fatos, pois eles dão a dimensão de que o desenvolvimento racional das atividades turísticas no complexo do Parque Nacional Serra de Itabaiana, deve ser pensado, não apenas como um projeto a ser formulado, mas como uma necessidade, posto que seria uma consequência da vocação natural do meio ambiente da região. Assim, tal vocação natural deve ser trabalhada e revertida em favor da Serra, através do desenvolvimento de um plano de manejo para o Parque Nacional, e tendo como um de seus principais desdobramentos um plano de desenvolvimento turístico sustentável para o parque, focado em suas possibilidades, e na proteção ao meio ambiente.

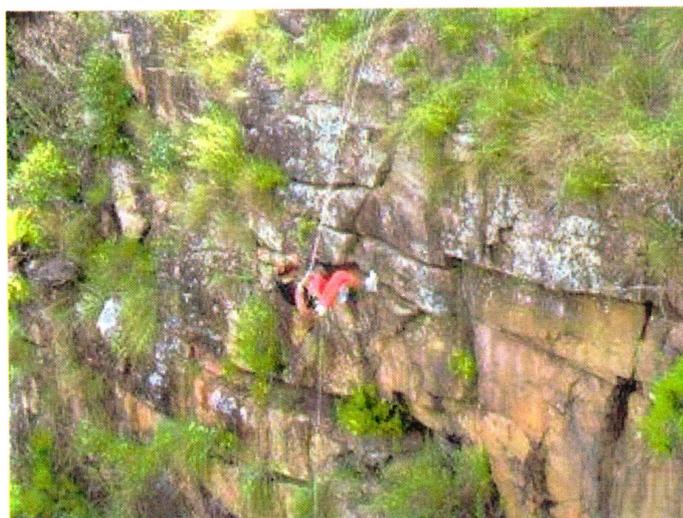
A atividade ecoturística sempre se deu, e acontecerá na Serra de Itabaiana. O que cabe questionar é se ela continuará se dando de modo informal, sem controle, ou deve ser revertida a sua vocação natural em favor da Serra, pois a presença humana também pode ser extremamente positiva para o parque. Turistas inconscientes podem até provocar um incêndio, mas a presença regular de ecoturistas conscientes no parque poderá servir, dentre outras coisas, como um alarme vivo permanente contra incêndios, provocados ou naturais. O ecoturista consciente, guardadas as suas limitações, será sempre o primeiro a tentar apagar o foco do incêndio, antes mesmo de solicitar ajuda, que buscará aflito, por não conseguir conceber a destruição da natureza em harmonia.

A correta utilização dos conhecimentos adquiridos acerca dos ecossistemas da Serra, suas potencialidades ecoturísticas, os possíveis impactos ambientais das atividades ecoturísticas que podem ser desenvolvidas, e suas respectivas medidas mitigadoras, apontarão de forma natural o caminho da sustentabilidade para o parque.

Para que melhor se possa entender as atividades ecoturísticas possíveis de serem praticadas na Serra de Itabaiana, e para que se possa ainda conceber seus impactos e desdobramentos Menezes (2004) coloca que se pode definir sucintamente as atividades em questão da forma seguinte, com seus locais potenciais para prática:

- 1- *Bóia-croos*: descida de rios e cursos d'água em geral com o auxílio de bóias especiais, podendo ser praticado no entorno da serra, no rio Jacarecica.
- 2- *Canoagem*: navegação em rios e lagos, com a utilização de canoas a remo ou caiaques, com possibilidades de práticas no entorno da serra, no rio Jacarecica, e na barragem Jacarecica I.

**Figura 4. Rappel**



Fonte: [companhiadatrilha.blogspot.com/2007/04/rapel](http://companhiadatrilha.blogspot.com/2007/04/rapel)

- 3- *Canioning*: descida de penhascos e/ou cachoeiras, com o auxílio de equipamento especial (*rappel*), com possibilidades de práticas no riacho das Pedras, riacho dos Negros, na vertente oeste, bem como os vales dos riachos.

- 4- *Rafting*: descidas de rios encachoeirados feitas em botes infláveis, com possibilidades no rio Jacarecica, no entorno da serra.
- 5- Banhos de lazer: atividades de banho ao ar livre em ambiente natural para fins de recreação, atividades realizadas em todos os riachos do entorno da serra, e na barragem Jacarecica I.

**Figura 5. Poço das moças**

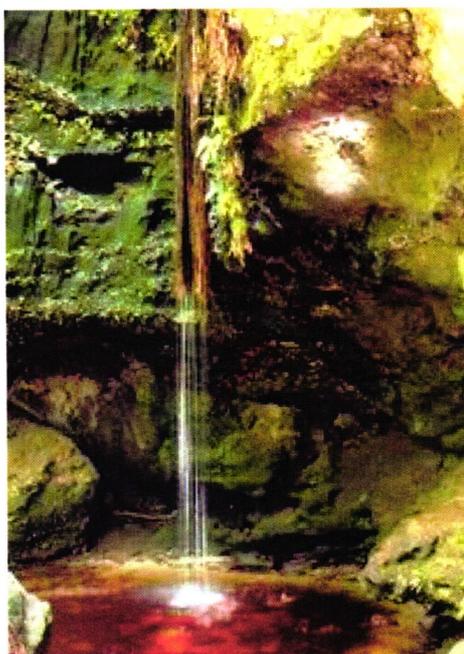


Fonte: [www.phoenix.org.br/fotospaleo2007.htm](http://www.phoenix.org.br/fotospaleo2007.htm)

- 6- Tirolesa: descida de determinada altura até alguma acumulação de água, pendurado em uma corda com equipamentos de segurança, com alguma prática no riacho das Pedras.
- 7- Cicloturismo: viagens ou passeios de bicicleta, realizadas em estradas pavimentadas ou não, com possibilidades de práticas na vertente leste e no entorno da serra.
- 8- *Mountain biking*: atividade esportiva desenvolvida em trilhas e/ou estradas sem pavimentação, com vários graus de dificuldade, com bicicletas especiais para terrenos acidentados, com possibilidades na vertente leste e no entorno.

- 9- Escalada: atividade esportiva praticada em rochas ou relevos com inclinação acentuada, atividade já praticada em vários pontos íngremes das vertentes oeste e leste da serra.
- 10- Espeleologia: visita/exploração de cavernas com ou sem finalidades de estudo dos ambientes subterrâneos, com possibilidade no paredão da vertente oeste e nas falhas dos vales da vertente leste.

**Figura 6. Gruta**



Fonte: [www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/viajant...](http://www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/viajant...)

- 11- Estudo do meio: visitas com fins claramente educacionais e de pesquisa científica, praticados em todos os pontos do complexo da serra.
- 12- Observação do meio: atividade voltada para a observação de espécies particulares no meio, praticados em todos os pontos do complexo da serra.
- 13- *Hikking*: caminhada de curta duração, que usualmente não ultrapassa um dia, praticada em todos os pontos do complexo da serra.
- 14- *Trekking*: caminhada de longa duração, que usualmente ultrapassa um dia, incluindo pernoites no meio natural, com possibilidades em todos os pontos do complexo da serra.

- 15- Teal: treinamento experimental ao ar livre, praticado por executivos de grandes empresas, em que são simuladas situações extremas para testar as capacidades individuais de liderança, com possibilidades de práticas nas vertentes leste e oeste, vales dos riachos e entorno.
- 16- Turismo equestre: viagem realizada com a utilização de transporte por cavalos, ou envolvendo passeios do tipo, com possibilidades na vertente leste e no entorno.
- 17- *Camping*: atividade de acampamento em barracas, praticada no interior ou próximo a uma área natural, atividade com possibilidade de desenvolvimento em todos os pontos da serra.
- 18- Asa delta: atividade esportiva de vôo livre, com possibilidade de prática no topo da serra com decida pela vertente oeste.
- 19- Observação astronômica: atividade voltada para a observação de fenômenos celestes, com ou sem a ajuda de equipamentos, com possibilidade no topo da serra.
- 20- Safári fotográfico: expedição ao meio natural cujo principal objetivo é a realização de fotografias, com possibilidades em toda serra e entorno.
- 21- *Spa* ecológico: atividade de permanência em meio natural para a prática de técnicas de relaxamento, com possibilidade de práticas na vertente leste e entorno.
- 22- Turismo exotérico/religioso: viagem com motivação mística, espiritual ou sobrenatural, com possibilidades no topo, na vertente leste e nos riachos.
- 23- Turismo rural/agroturismo: viagem que envolve vivências em atividades rurais, usualmente com o acompanhamento das rotinas de trabalhos destas, com possibilidades de desenvolvimento nos povoados do entorno e nas propriedades particulares da vertente leste.

Cabe aqui observar um diferencial importante. O Parque Nacional Serra de Itabaiana não possui um ou dois pontos turísticos de destaque, com maior ou grande atratividade, como uma cachoeira ímpar, por exemplo, ou formações rochosas singulares. O que o torna particular é o conjunto de todas as reais possibilidades de exploração

ecoturística, que ocorrem em toda a extensão do parque, com idênticos níveis de atratividade.

Tal constatação faz-se importante, uma vez que o conjunto de atrativos naturais do Parque Nacional Serra de Itabaiana deve ser pensado, já em sua origem, como um todo, de forma integrada. Não há que se pensar nos impactos ambientais que determinada atividade pode causar num determinado ponto turístico ou ecossistema do parque, mas quais os impactos que a atividade turística em geral, pode causar ao parque como um todo.

### **3.3 Impactos Ambientais**

Por tudo que se expôs, e no sentido do debate da sustentabilidade ambiental para o Parque Nacional Serra de Itabaiana, não há como avançar-se em estudos sem o entendimento dos potenciais impactos ambientais ocasionados pela atividade turística em unidades de conservação.

Cabe aqui, entretanto, uma pequena diferenciação entre a atividade turística tradicional, que demanda grande infra-estrutura implantada e concentrada no local, derivada do conceito de turismo de massas, onde há a produção de grandes impactos ambientais igualmente concentrados, como o excesso da produção de resíduos sólidos e efluentes de esgoto, desmatamentos, impermeabilização do solo por pavimentação, aumento da demanda por água e energia elétrica, poluição do ar devido ao aumento das atividades veiculares, degradação da fauna e da flora, marginalização da população local, e outros, e a atividade ecoturística, que é possível de ser praticada em unidades de conservação.

Para o desenvolvimento das atividades ecoturísticas em parques nacionais, a infra-estrutura de apoio ao ecoturista deve localizar-se, de forma macro, nos núcleos urbanos próximos ao parque, e não dentro dele, salvo algumas poucas exceções, sob pena de confrontar-se com o próprio conceito de unidade de conservação, onde a visitação e exploração devem ser controladas. O ecoturista, de forma anterior e posterior à sua incursão ecoturística à unidade de conservação, também necessita de uma infra-estrutura mínima de suporte às suas necessidades existenciais, como supermercados, postos de

saúde e hospitais, postos de combustíveis, e outros, sendo que no caso do Parque Nacional Serra de Itabaiana, a própria sede do município, localizado no entorno da serra, já possui boa parte daquela infra-estrutura necessária, não apresentando, entretanto, nenhuma tradição em educação ambiental de sua sociedade, principalmente a voltada para o desenvolvimento ecoturístico do recém criado parque nacional.

O Banco do Nordeste (1999), uma das principais entidades financeiras do país de fomento ao desenvolvimento regional, e que tem em sua política de financiamentos a preocupação ambiental, publicou seu manual de impactos ambientais, onde descreve os impactos ambientais potenciais em unidades de conservação:

- Forte perturbação aos animais, devido à excessiva aproximação de pessoas, veículos, e geração de ruídos.
- Maior risco de acidentes com animais, devido ao aumento do tráfego de veículos.
- Modificação do comportamento instintivos dos animais, devido ao recebimento de alimentos dos turistas.
- Transmissão de doenças aos animais e aos próprios homens, através do contato com os turistas e com seus dejetos.
- Maior risco de ocorrência de incêndios, dizimando espécies da fauna e da flora.
- Coleta de espécies da fauna e da flora de forma predatória.

Em seu trabalho, Menezes (2004, p. 67) transcorre:

Como qualquer atividade econômica o ecoturismo pode gerar impactos negativos significativos, mesmo em áreas protegidas e seu entorno, dependendo fundamentalmente da maneira como seu planejamento, implantação, gestão e monitoramento foram sistematizados e efetivados. [...]

Assim, aquele autor atenta para o fato de que o ecoturismo, enquanto atividade que necessita de sistematização para alcançar seus objetivos, é também uma atividade econômica, encontrando nas bases da economia as condições para se desenvolver e se manter estruturada. E como tal, pode trazer em sua essência os mesmo potenciais de degradação ambiental de outras atividades econômicas, numa escala menor, pois a própria

qualidade da paisagem e a valorização e o respeito ao lugar, são premissas fundamentais no arcabouço conceitual e para as práticas do ecoturismo.

Menezes (2004) relaciona como impactos ambientais negativos advindos com a prática do ecoturismo:

- Incremento do consumo dos recursos naturais, que pode mesmo esgotar-se.
- Estímulo ao consumo de *souvenires* produzidos a partir de elementos naturais escassos.
- Transformação negativa da paisagem pela implantação de construções para infra-estrutura.
- Pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas.
- Depredação da infra-estrutura e de atrativos e elementos naturais.
- Aumento da produção e/ou descarte inadequado de lixo, resíduos sólidos, e efluentes líquidos.
- Alteração dos ecossistemas naturais pela introdução de espécies exóticas de animais e plantas estranhas ao lugar.
- Aumento do risco de incêndios na vegetação da região.
- Stress e migração da fauna para outras áreas devido a presença humana, provocados por barulhos, odores e cores estranhos ao ambiente.
- Descaracterização de valores culturais tradicionais em consequência da influência cultural dos visitantes.
- Aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais.
- Geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística, tendo como consequências adensamentos urbanos não planejados, favelização, e outros.

Analisando-se os impactos acima descritos, percebe-se que o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, por maior que sejam os cuidados, deverá gerar agregadamente impactos ambientais. O importante é perceber que os impactos ambientais negativos supra-descritos têm ocorrência natural no processo; alguns deles acontecerão inevitavelmente, como a migração de alguns animais pela presença humana; outros poderão ser minimizados ou evitados, pela adoção de medidas mitigadoras.

### **3.4 Medidas Mitigadoras**

Em se tratando de unidade de conservação, a primeira medida a ser tomada, é a elaboração e implantação do correto plano de manejo para o Parque Nacional Serra de Itabaiana, com base nos estudos já existentes sobre os ecossistemas da região, bem como das condições sócio-culturais presentes, e ainda pela elaboração de estudos complementares se necessários, que faça a correta previsão da harmonização das características ambientais da unidade de conservação com o turismo.

A segunda medida, e talvez a mais importante, é o estabelecimento de programas de educação ambiental para oferecer orientação e, sobretudo, a conscientização do ecoturista, com especial atenção à reciclagem do lixo, bem como as formas e posturas ambientais que devem ser mantidas nas áreas de turismo.

A informação permanente e de fácil acesso ao ecoturista sobre sua conduta em cada trecho da unidade de conservação, utilizando-se de placas, cartazes, e outros meios, mediante um programa de comunicação social, é imprescindível. O estabelecimento claro de quais são as estradas, acessos, caminhos e trilhas abertas ao público é também fundamental.

A adequação da legislação ambiental local nas áreas turísticas para o atendimento à realidade existente, especialmente quanto à proteção dos atributos da natureza, e aqueles de valor histórico e cultural, dentre outros, deve ser feita antes do parque ser aberto à visitação pública.

O fechamento de zonas de especial interesse ambiental deve ser previsto, assim como a proibição clara e expressa de coleta de materiais, como espécies da fauna e flora, exceto para fins científicos, e devidamente autorizada. O estabelecimento de limites

de quantidades de turistas e excursões nas unidades, com base em estudo científico, por nicho de visitação também deve ser previsto.

Outra providência necessária é incentivar a população local a envolver-se no processo de desenvolvimento ecoturístico de sua região, quer por meio de medidas compensatórias como indenizações, quer pela geração de emprego e renda ou pela capacitação profissional. Educar ambientalmente a população local para que esta se engaje no processo de fiscalização das atividades desenvolvidas na unidade de conservação é fator preponderante para o sucesso do parque.

E, também, é importante incentivar e explorar as manifestações sócio-culturais locais para com o turista, como forma de proteger e manter tais manifestações, bem como estabelecer um intercâmbio cultural racionalizado.

A adoção das medidas mitigadoras acima deve ser anterior ao desenvolvimento da atividade ecoturística em unidades de conservação como a que está sendo implantada na Serra de Itabaiana, devendo as ações ser mantidas de forma vigilante e permanente, inseridas, integradas e em perfeita harmonia com o plano de manejo.

#### 4 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Uma das principais questões, e talvez o principal desafio quando se abre o leque de opções à visitação pública do meio ambiente natural - e em particular as unidades de conservação que têm como um dos fundamentos de sua criação, serem de especial interesse ambiental - é justamente a conservação desse ambiente e sua manutenção. É possível explorar sem retirar? Conhecer sem destruir? E, indo ainda mais longe, é possível explorar para beneficiar?

Veja-se o que diz Soifer (2005, p. 119):

[...] Muito se escreveu sobre desenvolvimento sustentado/sustentável. Mas ainda há muito ou quase tudo por se fazer. De um lado, há os extremistas que acham que não se pode tocar na natureza. Só quem já morou e trabalhou na selva sabe como é importante extrair algumas árvores muito altas, para permitir que as menores também sejam banhadas pelo Sol e possam crescer; só quem já pescou de forma consciente sabe que peixe morre de velho, se não o pescarmos. Por outro lado, há os que ainda fazem queimadas e os que pescam com bomba, matando tudo. Regras claras e, sobretudo, educação para os nativos e para os que desejam explorar a natureza é o que é necessário.

Talvez não seja mais o “não explorar”, mas “como explorar”. Décadas de exploração irracional dos recursos naturais do planeta, principalmente por uma atividade industrial generalizada e intensa, e seus reflexos catastróficos ao ecossistema global, podem até sugerir à humanidade que a solução deva ser a “abstinência” ambiental; porém, evidentemente, isso é impossível, pois também é o homem um elemento natural, e como tal, interage, e tem que interagir com o ambiente, o meio ambiente onde vive. É nesse contexto, num momento em que está clara a necessidade de preservar, repor, para não acabar, que é tão importante o conceito de sustentabilidade.

Em seu estudo “Ecoturismo no Brasil”, Furlan (2003), cita que o termo sustentabilidade surgiu na Alemanha, no ano de 1713, quando Carlowitz utilizou-o para referir-se à exploração de florestas naquele país, embora se referisse mais a garantia de longos prazos de rendimentos estáveis. Continuando, diz a autora:

“[...] Na atualidade, o termo sustentabilidade tem sido utilizado para significar uma atitude, um posicionamento em relação ao trato da natureza como uma bem renovável. [...] Entende-se que uma atividade é sustentável quando, para todos os fins práticos, ela pode se continuar indefinidamente.” (p.54)

Um problema fundamental a ser enfrentado, é que a sustentabilidade da exploração de qualquer atividade econômica, incluindo a ecoturística, não pode ser entendida ou obtida de forma isolada, o que remete um conceito mais amplo, o de sociedade sustentável.

Uma sociedade sustentável seria aquela cujas práticas sociais, em toda a sua totalidade e complexidade, se desenvolvesse segundo alguns princípios, descritos pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que são:

- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos.
- Melhorar a qualidade da vida humana.
- Conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra.
- Minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis.
- Permanecer nos limites da capacidade de suporte do Planeta Terra.
- Modificar atitudes e práticas pessoais.
- Permitir que as comunidades cuidem do seu próprio meio ambiente.
- Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação.
- Construir uma aliança global.

Alerta Rodrigues (2003) para o fato de que quando a discussão sobre a sustentabilidade envolve a prática turística, tem foco predominante nos aspectos econômicos, e raramente aborda a inclusão social, o respeito à diferença, à equidade social e à pluralidade cultural. A sustentabilidade se dá com o envolvimento de todos os agentes envolvidos. Diz ainda aquele autor:

“[...] Por outro lado, as discussões sobre a fragilidade ambiental, impactos, renovabilidade de recursos tem sido reduzida à explicação de alguns impactos no funcionamento dos ecossistemas e propostas de monitoramento.” (RODRIGUES, 2003, p. 56)

As políticas públicas, quando são propostas, geralmente se apresentam de forma fragmentada e equivocada, onde erroneamente o manejo-conservação tem sido colocado em contradição com o desenvolvimento econômico.

Pensar na sustentabilidade do ecoturismo requer compreender o significado socioambiental dos lugares. Aspectos como distribuição desigual das terras, relações de poder locais, as práticas produtivas locais, as trajetórias sociais locais, a mobilidade espacial da população pobre para zonas marginais, o funcionamento de sistema de preços, as distâncias sociais, os interesses das camadas dominantes, o conceito de tempo livre dos diferentes segmentos socioculturais, a debilidade das instituições chamadas para proteger o meio ambiente, a incoerência das políticas públicas [...], não podem ser tratados isoladamente, por serem intrinsecamente relacionado e marcados por conflitos de interesses. Demanda reformas profundas na nossa conduta e na lógica de nossas sociedades. [...] (RODRIGUES, 2003, p.56-57)

Do exposto e em análise mais aprimorada, percebe-se que a sustentabilidade desejada e plena, talvez seja algo mais complexo de se obter e, como tal, demande um tempo bastante longo.

Entretanto, alguns aspectos da sustentabilidade e do seu desenvolvimento são um pouco menos complexos. O ecoturismo possui a grande vantagem de ter em sua essência o espírito da conservação do meio ambiente. O ecoturista, ainda que não tenha educação ambiental, é intrinsecamente o sujeito que gosta da natureza, da natureza preservada, e por isso tem a necessidade de aproximar-se dela, inserir-se.

Diz Soifer (2005, p. 125):

Para uns, Ecoturismo significa que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem e sua população nativa. Mas, às vezes, se considera mais do que isso. É também ver os ecossistemas preservados e a população local beneficiada pelos efeitos do turismo. Muitos vêem uma relação entre ecoturismo e turismo sustentável, já que é:

- Um turismo em pequena escala;
- Mais ativo do que outras formas de turismo;
- Uma modalidade na qual a existência de infra-estrutura sofisticada é um dano menos relevante;
- Empreendido por turistas esclarecidos e bem-educados, conscientes das questões relacionadas à sustentabilidade, além de ávidos por aprender mais sobre esses temas;
- Menos espoliativo das culturas e da natureza locais do que as forma “tradicionalis” de turismo.

Outro fator importante a ser considerado quanto à sustentabilidade, conforme aponta Rodrigues (2003), é que o turismo/ecoturismo, como única fonte de atividade, tem os mesmos efeitos desastrosos de qualquer monocultura. Portanto, para que seja sustentável, é preciso que se concilie a atividade ecoturística com outras atividades, que possam garantir a diversidade das práticas sociais locais.

Cita Rodrigues (2003, p. 57):

O pensamento contra “os valores” não afirma ser sem valores tudo que se considera como “valores” o saber, a cultura, a arte, a ciência, a dignidade humana, o mundo de Deus. Ao contrário. Trata-se de compreender de uma vez por todas que, ao caracterizar-se algo como um valor, se lhe rouba a dignidade. O que quer dizer: ao se avaliar uma coisa como valor só se admite o que assim se valoriza, como abjeto de uma avaliação do homem. Ora, o que uma coisa é, em seu ser, não se esgota em sua objetividade e principalmente quando a objetividade possui caráter de valor. Toda valorização, mesmo quando valoriza positivamente, é uma subjetivação. Pois ela não deixa o ente ser mais de uma coisa, mas o ente valha, como um objeto de sua atividade (Heidegger, 1967:78)

Voltando-se o foco para o Parque Nacional Serra de Itabaiana, e por tudo que se expôs, há ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido da exploração sustentada de atividades ecoturísticas no parque, desde a elaboração do plano de manejo, ao envolvimento de todos os entes sociais, governamentais e econômicos envolvidos.

Mas também, se bem planejado o funcionamento do parque, pode-se estar diante de todas as principais condições necessárias para o desenvolvimento sustentável de atividades ecoturísticas no parque, refletindo em geração de renda também sustentável para a população da área.

## 5 CONCLUSÃO

O Parque Nacional Serra de Itabaiana, possui pleno potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas em seus atrativos naturais.

Sua criação é o marco inicial de maior relevância para o desenvolvimento ecoturístico do complexo da Serra, mas não apenas pela condição legal, e sim por ter sido produto da observação e do amadurecimento social e científico, ao longo de quase três décadas de discussões, que conseguiram identificar a real vocação de seu conjunto e do seu ambiente.

Questões como regularização fundiária e plano de manejo para o parque, a persistirem as políticas governamentais atuais, talvez se constituam nos principais entraves ao correto desenvolvimento do parque quanto à sua visitação pública racional.

Alheia a isso, os atrativos paisagísticos do Parque Nacional Serra de Itabaiana são inúmeros, e em conjunto formam um complexo singular.

Faz-se necessário, entretanto, que uma vez instituído o plano de manejo, com desdobramento em um claro e conciso plano de desenvolvimento ecoturístico sustentável para o Parque Nacional Serra de Itabaiana, haja também esmero no desenvolvimento, implantação, acompanhamento e aperfeiçoamento constante de programas de educação e conscientização ambientais, para todos os agentes envolvidos, principalmente para os quase leigos, como os ecoturistas em geral, o poder público, e a sociedade local.

Cabe às esferas governamentais, municipal e estadual, lideradas pelo IBAMA, exercer seus papéis gestores e fiscalizadores para com o Parque, em potencial parceria com a sociedade civil organizada e com o envolvimento da comunidade local.

E finalmente, alcançar os objetivos ecoturísticos em suas essência e plenitude, talvez seja perceber e manter sempre claro, antes de tudo, que ecoturismo não é simplesmente uma atividade econômica, mas um movimento humano que visa o conhecimento e a preservação da natureza. Não é o valor econômico que conta, mas aquilo que não tem valor, por simplesmente não poder ser valorado.

Conhecer, apreciar, e entender as belezas naturais do Parque Nacional Serra de Itabaiana, para o sujeito ecoturístico, poderá se tornar uma grande oportunidade para sublimar repetidamente aquela velha expressão: “E então! Vamos ao parque?”

## REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE. *Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas*. Coordenação de Marilza do Carmo Oliveira Dias. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

BRAGA, Benedito *et al.* *Introdução à engenharia ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Texeira (orgs.). *Avaliação e perícia ambiental*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FURLAN, Sueli Ângelo. *Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza*. In RODRIGUES, Adyr Balastri *et al.* (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 47-58.

KINKER, Sonia. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (orgs.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Trad. Leila Cristina de M. Darin. 4ª ed. São Paulo: SENAC, 2002. Título original: *Ecotourism: a guide for planners and managers*.

MEDAUAR, Odete (Org.). *Constituição federal: coletânea de legislação de direito ambiental*. 5ª ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MENEZES, Luiz Carlos de. *Uso sustentável da serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?*. São Cristóvão, Sergipe, 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de pós graduação e estudos do semi-árido, Universidade Federal de Sergipe.

RODRIGUES, Adyr Balastri *et al.* (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOIFER, Jack. *Empreender turismo e ecoturismo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

910

Aracaju, 22 de abril de 2009.

ILMO. SR.  
MSC. PROF. PEDRO SAMPAIO LINHARES  
COORDENADOR DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE - FANESE  
ARACAJU - SE

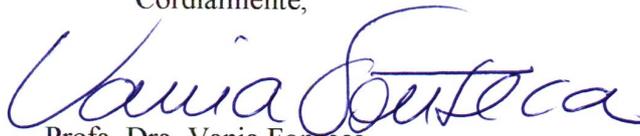
Senhor Coordenador:

Encaminho, para apreciação final de banca examinadora, o trabalho de conclusão do Curso de Gestão Ambiental, Parque Nacional Serra De Itabaiana: ecoturismo e sustentabilidade ambiental, elaborado por **Erlon Marco da Costa Neves**, sob minha orientação.

Nesta oportunidade, agradeço a compreensão de V.Sa. que permitiu a dilatação do prazo de entrega do documento, necessidade decorrente da imposição de atividades profissionais do meu orientando.

Agradecendo a atenção de V.Sa.,

Cordialmente,

  
Profa. Dra. Vania Fonseca